

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2023, reuniram-se no Plenarinho da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, para a 9ª Reunião Ordinária, os membros do Conselho Municipal de Educação: Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosario, Angela Pereira Branco, Carmem Lúcia de O. Rocha, Clicie Maria C. Negoseki, Domingas de Fátima C. Amaral, Fabíola Perdigão Flor, Fátima Batistão Machado, Izala Sidinéia Ramos Pampuch José Roberto Eduardo, Juliana Grebe Ferraz, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marilette Kuhnen, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Rosiani Silva Franchetto, Tatiane Fátima Kusma, e como convidados: Adriano Martins Xavier, Maria Helena Tetu, Rodrigo Cardoso Gomes e Rodrigo Cristiano de Oliveira.

A 9ª (nona) Reunião Ordinária do Conselho Pleno é iniciada com a Presidente Ana Lucia cumprimentando aos novos Conselheiros, e parabenizando a Conselheira Fátima Batistão pela reeleição. Seguindo a pauta da reunião a Presidente Ana Lucia coloca sobre as faltas justificadas, dizendo que foram poucas as pessoas que justificaram, sendo: Maristela do SINSEP, Stela do SINEPE, Isabel da APAE, Fábio da representação de pais. E após confirmação da Secretária Néia, a Presidente Ana Lucia coloca que a Sônia da APAE, a Carol e a Dheborá também justificaram. A Presidente Ana Lucia informa sobre as nomeações que já fez o encaminhamento para sair a representação, “a Maristela troca de suplente para titular, os dois representantes do FUNDEB, o Rodrigo Cardoso do Conselho de alimentação e a Marilza que passa de suplente para titular, são essas as nomeações, nós recebemos do SINSEP um nome para a suplência, porém não foi feita a assembléia e nem chamamento, e é obrigatório, então foi devolvido e eles terão que refazer porque eles não tinham a ata e isso é necessário e eles ainda tem que fazer o chamamento publico e eles não fizeram.” Seguindo a pauta a Presidente Ana Lucia pergunta se tem alguma consideração e informa que a mesma contou 16 seguimentos eram 17 seguimentos que estavam presentes, “então é só essa retificação que tem que fazer na ata, a contagem dos seguimentos.” A Presidente Ana Lucia coloca que é preciso fazer o edital para a eleição de Diretores, porque como a Queila desistiu, a Marilza passou para titular então é preciso fazer um edital para fazer essa composição entre os Diretores, seja do Ensino Fundamental, das Escolas Especiais ou da Educação Infantil, “precisamos fazer porque aquele edital que nós tínhamos era para a composição daquele mandato, esse é um novo mandato, precisamos fazer e precisamos de pessoas para fazer parte dessa comissão eleitoral, a intenção é de fazer durante o dia mesmo e lá pelas 16h abertura para contagem dos votos, deu certo como nós fizemos com as outras representações no horário de trabalho, veio mais gente durante o dia do que quando fizemos a noite, então se vocês concordarem podemos fazer dessa forma, que se candidata para nos auxiliar nessa condição?” A Conselheira Marilette pergunta qual seria o dia da semana. A Presidente responde que não foi marcado ainda, porque tem que fazer o edital colocando um prazo de uns 20,30 dias, pensando em novembro. A Conselheira Domingas

coloca que se for em uma quarta feira ela pode ir. A Presidente Ana Lucia diz que irá anotar os interessados e depois vê a data. Os interessados foram: Clície, Anderson, Fátima, o Secretário Luiz, e a Madalena. O próximo assunto da pauta é sobre os calendários, a Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício nº1793/2023 – SEMED que solicita a reposição por atividades remotas da tarde do dia 22/09/23 devido ao trágico incidente ocorrido no dia anterior, após a leitura a Presidente relembra sobre o ocorrido e pergunta se há alguém contrário a solicitação, ninguém se manifesta, então pergunta se pode encaminhar dessa forma (reposição por atividades remotas), todos concordam. Em seguida são apresentados os calendários para o ano letivo de 2024 das Unidades Publicas, da Educação Infantil, do Fundamental, das Escolas Especiais e da EJA, todos com inicio das aulas no dia 05/02/23 e encerramento com aluno no dia 17/12/23 e com os profissionais no dia 18/12/23, todos contemplando 202 dias letivos. A Presidente Ana Lucia pergunta: “há alguma questão para ser colocada? há alguém contrário a aprovação dos calendários? que precisa homologar, e encaminhar para a SEMED enviar as vias necessárias para o Conselho e sair a publicação no Diário oficial. Ninguém se coloca contrário. Seguindo a pauta a Presidente Ana Lucia faz a leitura das Unidades particulares que já enviaram os calendários e os mesmos já serão enviado para homologação porque estão dentro dos critérios. Em seguida a Presidente pergunta se há alguém contrário. O Conselheiro Anderson pergunta: “as escolas que fazem parte do Programa de Aquisição de vagas fizeram um calendário parecido com o do Município?” A Presidente Ana Lucia responde que sim, porque eles tem que começar e iniciar na mesma data, e o recesso também, o que pode mudar as vezes é uma reunião pedagógica, mas temos cuidado para que as paradas não afetem as crianças que estão sendo atendidas, tem na deliberação que eles devem seguir o calendário da Prefeitura. O Conselheiro Rodrigo pergunta se foi falado a unidade “È tempo de Crescer”. A Presidente Ana Lucia afirma que sim. O Conselheiro Rodrigo informa que essa unidade não tem autorização de funcionamento e nem credenciamento. A Presidente Ana Lucia pede para que depois seja informado e esse calendário não será homologado, pois se não tem a renovação não vai, e pede para que seja informado ao Conselho quando a Unidades estiver devendo alguma documentação, “porque aí não será homologado o calendário, para não acontecer como aquela Escola.” A Presidente Ana Lucia pede para que o Conselheiro Rodrigo Cardozo coloque o que aconteceu com a Escola particular que foi fechada. O Conselheiro Rodrigo coloca que quando entrou na Divisão de Estrutura haviam 8 (oito) escolas que estavam funcionando e não haviam documentação, e na força tarefa ficou somente uma, a Escola Mamãe com Açúcar, localizada na Colônia Rio Grande, “na qual nós vínhamos desde 2021, 2022, fazendo visitas, notificando e na penúltima visita foi levado a vigilância sanitária porque a dona sempre falava que o problema era a vigilância sanitária, e depois da vigilância sanitária a gente levou o Conselho, nós ficamos em cima da Dona até quando os pais descobriram que ela não tinha documentação nenhuma, os pais começaram a ligar para nos perguntar e a gente não tem o porquê mentir, os pai foram para

cima da Escola, fizemos uma nova visita com registro em ata e tudo e a gente tinha dado o prazo de 29 de setembro para ela fechar, a dona decidiu fechar, porque se nós Secretaria fechássemos, teríamos que dar conta das 36 (trinta e seis crianças) de 0 até 5 anos que lá estavam, então a dono decidiu fechar e ela acabou fechando antes da data prevista porque um advogado nos procurou na Secretaria para repasse de informações, a gente passou todas as informações, mostramos os documentos que tínhamos, não demos cópia, mas ele solicitou depois através de protocolo, foi lá com a Polícia e eles fecharam a Escola no mesmo dia, então tem aquela questão de que a gente não passa a mão na cabeça das Escolas Particulares, se está certo, tudo bem, mas se estiver errado a gente vai para cima.” A Presidente Ana Lucia coloca que quando foi fazer a visita com o Rodrigo, “é uma Escola que tem um espaço bom e foi uma pena, o que precisaria cuidar seria o mobiliário da cozinha que estavam bem velhos e não tinha profissionais suficientes para atender as crianças, sem falar a documentação que foi dado um prazo, ela assinou a ata e no dia ela ligou para Conselho e pediu para prorrogar, Nós dissemos que não, a mesma colocou que não tinha conseguido ainda, falamos para ela entregar o que tinha e pedir prorrogação dos outros dois documentos, mas não trouxe mais, e eu fui muito firme ali de que nós iríamos fechar, não tinha condições, ela estava enrolando as famílias na verdade, e a pessoa que conversou conosco, ela não responde pela Escola, a folha que responde, mas a filha nunca apareceu, na verdade a filha era usada como laranja, porque nunca apareceu, nunca respondeu, e tinha uma funcionária que respondia por tudo sozinha, então fomos bem firme ali e ainda bem que foi ela que tomou a iniciativa e a gente não teve problema, porque acaba vindo o problema para o público, senão nós teríamos que dar conta de todas essas crianças, e ela perdeu um número grande de alunos, mas ela mesmo não estava respeitando o espaço que ela ofereceu para as crianças, era um espaço bom, mas precisava de um acompanhamento, nós tínhamos recebido no final de julho a pedagoga dessa Escola, ela foi até o Conselho e disse para tirar o nome dela da Escola e não queria que o nome dela aparecesse, porque a Escola não estava fazendo coisas bacanas e ela não queria o nome dela envolvido, então nós ficamos em alerta, e não tinha como oferecer uma Educação da forma que ela estava ofertando para as crianças do Município, então realmente teve que fechar, não tem condições.” O Conselheiro Anderson coloca: “Ana, minha que fica é que assim, não foi envolvido a Secretaria de Educação, mas foi encaminhada alguma coisa para o Conselho? foi o NUDCAI?” A Conselheira Marillette, representante do NUDCAI responde que sim, “e o NUDCAI solicitou que os pais fossem orientados e encaminhados todas as crianças para buscar os CMEIs, as que eram de idade obrigatória, e na realidade a gente vai ter que verificar se todas essas crianças foram matriculadas.” A Presidente Ana Lucia coloca que “Nós também iremos fazer a verificação de onde estão essas crianças, principalmente as do obrigatório, para verificar se estão sendo atendidas.” A Conselheira Marillette confirma que já foi pego a lista com o nome das crianças e diz: “a gente orientou as famílias que estavam lá no dia que a gente foi para que buscassem uma vaga nas unidades próximas, caso não

encontrassem, que buscassem a Secretaria de Educação, agora se ela repassou para os outros pais que não estavam no dia, eu não tenho conhecimento, mas vamos sentar, né Rodrigo? Para ver essa listagem para fazer o levantamento.” O Conselheiro Luiz coloca uma dúvida: “se essas crianças são do particular, a gente tem que obrigatoriamente absorver? Elas não tem que entrar, buscar os CMEIs, e trazer toda aquela lista que todo mundo faz?” A Conselheira Marillette responde que sim, porque elas são de etapa obrigatória. A Presidente Ana Lucia confirma que sim e principalmente se for a Prefeitura que estiver fechando, precisa dar o suporte. O Conselheiro Luiz questiona, mas não foi a Prefeitura que fechou, foi a Dona. A Presidente Ana Lucia confirma, “sim, agora foi a Dona, mas temos que acompanhar, as crianças que tem a idade obrigatória, Pré I e Pré II, é a principal que nós temos que averiguar se elas estão matriculadas.” A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta sobre a Educação em Tempo Integral, e coloca que tendo o Parecer favorável para a implantação no Município, já pode –se fazer a inserção no MEC, as redes tem até o dia 30 de outubro para pactuar suas metas e receber até 50% os recursos em 2023, “já estamos organizados, está praticamente pronto, a gente sai daqui com o ofício pronto para ir para a mesa do Secretário e já pedir a publicação de emergência para amanhã, nós fizemos os estudos em reuniões de Câmaras da proposta da Educação em Tempo Integral, para análise, apreciação e regulamentação, hoje implantada na Rede Municipal de Ensino como Programa Ampliando Saberes, nós passamos para quem participou das duas reuniões, falamos e conversamos da organização de como ficariam essas unidades.” O documento é compartilhado em tela e lido pela Presidente Ana Lucia. Antes de passar para a conclusão e voto a Presidente Ana Lucia coloca as determinações do Conselho, conforme conversado na Câmara, para ver se estão todos de acordo, e comenta: “nós temos que aumentar o número de atendimentos, se diminuir a gente perde recursos, o Governo Federal quer aumentar, na verdade seriam 100% de todas as Escolas do Brasil com atendimento em tempo integral, é possível? Não, não se tem estrutura ainda para isso, tem que caminhar o mais possível, nós temos 20 unidades, com certeza irá aumentar mais para o ano que vem, e com isso vai ter o recurso próprio para a Educação Em Tempo Integral, por isso essa questão da pactuação, tem prazos e estamos acompanhando para não ter problemas e receber a primeira parcela dessa pactuação, eles tinham colocado a data até 31 de agosto de 2023 para fazer a adesão, mas nem todos os Municípios do Paraná fizeram adesão, eu recebi a lista dos Municípios que não fizeram adesão para a gente continuar conversando e alguns já se organizaram para fazer essa adesão da Escola Em Tempo Integral, porque tem Município que não quer, acha que ao tem estrutura nem para colocar um sala, estamos conversando para que isso aconteça, tanto a UNCME quanto a UNDIME tem feito essa fala da adesão do Programa Em Tempo Integral, então são esses os atendimentos que nós colocamos, esse é o Parecer, trouxemos para a Plenária, se estão de acordo, tem mais algum acréscimo? Dúvidas?” O Conselheiro Adriano pergunta: “isso é só para o Ensino Fundamental, do primeiro ano até o

quinto, isso?” A Presidente Ana Lucia confirma, “nós temos nos nossos CMEIs e não foge muito, mas vamos ter que fazer adequações, a Escola Ilza tem a sua normativa própria, porque tem agora a Educação em Tempo Integral também e faz esse atendimento.” O Conselheiro Adriano coloca que: “no Infantil, só tem integral até o Infantil III, no Infantil IV, Pré I e Pré II, não tem, aí vamos correr atrás do Fundamental para ter sendo que a gente não atende nem os menores.” A Presidente Ana Lucia diz: “isso entra em estudos, a intenção realmente é que tenham todos, tanto da Educação Infantil, quanto do Ensino Fundamental, mas isso é gradativo, cada Município vai fazer de forma gradativa, alguns Municípios já estão conseguindo colocar o Pré I, está aumentando, nós aqui não temos no Infantil IV.” O Conselheiro Adriano comenta que até 2019 tinha até a idade do Infantil IV o período integral, de 2019 em diante foi tirado o integral dessa faixa etária. A Presidente Ana Lucia coloca que em 2016 foi colocado que os Municípios tinham que atender obrigatoriamente o Pré I e Pré II, então os Municípios tiveram que fazer um atendimento do 0 a 3 anos e colocar meio período para não ficar criança de fora, “hoje precisa ampliar os CMEIs e criar mais CMEIs, tem se estudado junto ao Governo Federal para que volte a ter em alguns Municípios a responsabilidade dos CMEIs, porque nós já tivemos isso lá em 2015, 2013, era dado investimento, eles vinham e construíam o CMEI e digamos assim, todo os recursos eram do Governo Federal, e o que eles fizeram agora, eles voltaram lá onde parou em 2015, porque o Governo que entrou, cortou, a partir do Temer eles cortaram tudo, então foram 6 (seis) anos sem e agora eles voltaram as obras que estavam paradas, agora estão fechando essas obras para iniciar novamente esse Programa de criação de Escolas e CMEIs, principalmente os CMEIs porque é foco para que todas as crianças da Educação Infantil tenha o Tempo Integral.” O Conselheiro Adriano coloca que o que chamou sua atenção nessa fala é que “hoje mesmo eu vi uma criança que estuda no Pré II e ela estava saindo de van para ir para outra escola, porque o Município não atende.” A Presidente Ana Lucia coloca que: “exatamente, mas o Município não atende porque ele não quer, é porque ainda não tem condições, ou não tem a sala, ou não tem profissional, estamos com problemas aí entre profissional e sala também, esperamos que com o concurso já supra pelo menos a questão dos profissionais e depois vai ficar só a questão das salas, então assim que finalizar, conforme o FNDE, essa questão das obras que estavam paralisadas e foram retomadas, aí já vem o programa de investimento de novos CMEIs nos Municípios.” A Conselheira Camilla pergunta: “O Ensino Especial normalmente fica como o Regular nesses pontos todos?” A Presidente Ana Lucia responde que “na verdade o que o Município tem é a Escola Ilza, no Especial que está sendo atendido, ela tem a regulamentação própria e a Escola Madre Paulina também tem a sua regulamentação própria, elas acabam não entrando aqui, nós temos a nossa regulamentação enquanto Município, mas essas duas Escolas tem as suas normativas para poder se organizar e poder funcionar.” A Presidente Ana Lucia pergunta aos conselheiros se tem alguém contrário ao Parecer. Ninguém se colocou. A Presidente declara: “Parecer aprovado.” Seguindo a pauta, o

próximo assunto é sobre os Processos das Escolas Particulares: A Escola Nova Conexão solicita renovação da autorização de funcionamento a partir do ano de 2023; A Escolinha da Graça pede renovação do credenciamento para oferta da Educação Infantil; A Escola Evolução Educação Infantil solicita autorização de funcionamento para a oferta da Educação Infantil e o credenciamento para oferta da Educação Infantil; CEI Letrinhas Coloridas pede a renovação da autorização de funcionamento para oferta da Educação Infantil. Todas com Parecer favorável da Divisão de Estrutura e feito análise pelo Conselho. A Presidente Ana Lucia pergunta: “alguma manifestação? Podemos aprovar? Alguém contrário?” Ninguém se manifesta. A Presidente Ana Lucia seguindo a pauta, coloca sobre as conferências. “A Conferência Municipal, o Fórum foi organizado, já tivemos duas reuniões, a Conferência Municipal faremos em Dezembro apenas para conhecimento do que a CONAE está tratando e fazemos um resumo do nosso Plano Municipal de Educação para que em Março façamos as pré-conferências de análise do Plano e em abril tem que sair a Conferência, é o prazo máximo porque é um ano político e abril é um mês obrigatório conforme a lei, as Comissões faltam só duas entidades fazerem o encaminhamento para que a gente encaminhe os dois grupos, a Comissão técnica e a Comissão de avaliação, para começar os trabalhos junto com a equipe de Sistematização e a de Mobilização, que nós temos os Coordenadores aqui, de Sistematização é o Luiz e o Rodrigo e o de Mobilização é o Rodrigo Oliveira com a Samia, sobre a Regional, amanhã de manhã nós vamos conversar, quem marcou foi a Simone da APP Sindicato, marcou um horário com a chefe de Núcleo e me passou se eu poderia participar, convidou também o Cassio para participar e conversar sobre a Conferência Regional que é a Área Metropolitana Sul, marcamos uma data, os documentos é para sair até o dia 15 de outubro, sei que a produção encerrou na sexta, então se conseguirem fazer deve sair realmente no dia 15 de outubro, o Estado optou por não fazer as Municipais da CONAE, só o Município resolveu fazer a Municipal que é Curitiba, então vamos fazer por Regionais, as Regionais já estão colocando as suas datas, então nós temos que colocar a Área Metropolitana Sul, a gente vai fazer o convite para o pessoal da Secretaria também participar dessa conversa amanhã as 8h com a chefe de Núcleo, na verdade ela marcou com a chefe de Núcleo, mas eu pensei na Comissão das Representações da Área Metropolitana Sul virem até São José, o Município sede dos Núcleos é que vai ter que abraçar essa Conferência e São José é o Município Sede da Área Metropolitana Sul, vamos ter que ver como organizar, já passei para o Secretário, vamos precisar de um momento de uma Palestra e depois as discussões que serão em oito salas, que vamos dividir em cima dos sete eixos da CONAE, eu vou passar no grupo para vocês, eu recebi hoje, e vou passar para o Fórum também, a previsão da Conferência é dia 23 e 24 de novembro, da Estadual, só não sei se não vai haver mudanças porque a Associação dos Municípios organizou uma formação de 3 (três) dias, e é voltada também aos Conselhos, eu vou passar isso no grupo para vocês, o nosso Município além de ser associado e como também é associado a UNCME, nós teremos inscrições de graça e vai ser em Curitiba, vai

ser um curso de formação para gestores e para Conselhos, achei muito interessante esse curso, são 3 (três) dias de formação, começa no dia 21 e encerra no dia 23, eles já estão cientes dessa data e deve conversar com o Secretário Estadual para solicitar mudança nessa data e o Estado que foi organizado esse fechamento, precisa fazer a prestação de contas de todo ano até o dia 28, foi essa previsão que a responsável da SEED passou para nós, por isso que ficou para o dia 23 até o dia 24, eu digo para nós porque eu sou a Coordenadora de mobilização do Fórum Estadual do Paraná e nós tivemos a reunião a semana passada e conversamos e foi marcado essa data, lógico que a gente avisou que teria o dia 23, mas agora é uma negociação com a Associação dos Municípios. E o Nacional está marcado para 30 e 31 de janeiro em Brasília, o Estadual é em Curitiba e o Nacional vai ser em Brasília, o Governo Federal encaminhou para o Estadual R\$100.000,00 (cem mil reais) a SEED vai dispor R\$100.000,00 (cem mil reais) e a ALEP disponibilizou R\$300.000,00 (trezentos mil), então são R\$500.000,00 (quinhentos mil) para poder organizar a Conferência Estadual, para os Núcleos não foi disponibilizado dinheiro, mas foi falado para enviar para os Municípios, mas os Municípios não vão ter essa obrigatoriedade agora de ter que investir nessas Conferências, por isso que estamos marcando para ser durante o dia, porque o Sindicato, a Associação, queriam fazer sábado, e claro, os Municípios não concordaram, porque entra a questão de alimentação, transporte, hora extra, são muitas coisas que envolvem para os Municípios, então os Municípios preferiram que fizessem durante a semana, a própria SEED também, porque aí tem disponibilidade de transporte para levar e buscar, tem a diária de alimentação já prevista e a questão de não precisar dispensar do trabalho para fazer essa participação.” A Presidente Ana Lucia coloca que o Encontro da UNCME Nacional inicia no dia 07/11 e vai até o dia 10 de novembro, é na cidade de Nova Petrópolis, “tivemos um grande número de inscrições, 12 (doze) pessoas e eu sempre venho falando que é difícil para o Município pagar esses 12 (doze), estão fazendo a cotação, por isso eu coloquei ontem no grupo para confirmar quem realmente vai, porque depois acaba não conseguindo liberação, algumas pessoas já colocaram, não vou conseguir liberação do meu trabalho, vai envolver 5 (cinco) dias, segunda-feira para ir, terça, quarta, quinta e sexta encerrando as 14h, para voltar, Porto Alegre não é perto para ir de ônibus que sai mais barato, são 12h, eu sou de Porto Alegre e já viajei muito de ônibus, avião é uma hora e pouco mas é mais caro e além disso para chegar lá, no próprio aeroporto, eu já peguei todos os contatos, até tenho que passar para a Regina ver essa questão do deslocamento, lá do aeroporto pega-se um ônibus para ir até Nova Petrópolis, também tem esse traslado para chegar até o hotel, ontem eu fiz o levantamento e 4 (quatro) pessoas se manifestaram que não irão, acabou diminuindo e eu tenho que passar, eu pedi confirmação até hoje, se tiver mais alguém me passe por favor para que eu possa passar e diminuir a quantidade de pessoas lá que tem intenção de ir no Encontro Nacional da UNCME, eu não estou na lista, até encaminhei lá, porque eu vou ter da UNCME e o Ministério da Educação que vai pagar as passagens, foi um acordo feito com a UNCME.” A

próxima pauta da reunião são as correspondências recebidas, a Presidente Ana Lucia informa que chegou uma solicitação que a Clície colocou sobre a questão dos atestados médicos para as crianças do CMEI e informa que irá para a Câmara, a reunião está marcada para terça feira às 8h e Câmara de Educação Infantil irá fazer a análise do documento, em seguida o ofício nº1860/2023-SEMED sobre essa solicitação é compartilhado em tela e lido pela Presidente, que ao final da leitura diz: “na verdade na Educação Infantil necessariamente ela não vai reprovar na Educação Infantil, não reprova, mesmo Pré I e Pré II, não reprova, a criança tem que vim para cumprir os duzentos dias, para não quebrar a rotina, para ter um acompanhamento, para não ficar fora da Escola, mas não existe retenção por falta na Educação Infantil.” A Próxima correspondência é o ofício nº1861/2023 - SEMED sobre o Referencial Curricular, a Presidente Ana Lucia faz a leitura e coloca que conversou com a Clície, tem um cronograma para 2024, será feito alguns ajustes porque precisa, “como estamos tratando de um novo Referencial, além da avaliação do referencial que era até Junho desse ano, recebi do Fundamental, a Clície já vai encaminhar também, falta do Infantil, a nova organização, nós sentaremos enquanto Conselho, a gente precisa fazer análise e aí vamos ter o cronograma certo, se conseguirmos esse ano iniciar isso, senão a gente já inicia fevereiro com essa organização para que em junho a gente possa publicar o nosso Parecer do Referencial, precisa ser encaminhado até dia 31 de agosto no SIMEC, que é uma condicionante do VAAR, todos os Municípios estão fazendo a sua avaliação do Referencial, eu comecei com o Estado no mês de junho, eles pediram os nomes, a gente iniciou o Referencial Curricular do Paraná e devemos terminar lá por fevereiro e o Ministério Público já fez a sua manifestação de que se o Estado já iniciou os processos, os Município com sistemas também devem iniciar, porque os outros Municípios que fazem parte do Sistema Estadual eles acompanham o Referencial do Paraná e nós como temos o nosso Referencial, temos um prazo para fazer esse encaminhamento, ele foi prorrogado, mas dessa vez não pode mais, a gente conversou né Clície? Então acredito que não haverá problema de uma reorganização aqui na questão das datas, ela já me explicou que vai ser em setembro o Seminário de apresentação e aí tem uma organização que ela vai ajustar para ficar dentro, da Educação Infantil eu não tenho e o Fundamenta irá fazer o encaminhamento ainda esse ano, é isso Rosiani?” A conselheira Rosiani acena que sim. A próxima correspondência recebida foi o ofício nº1829/2023 – SEMED que solicita um membro do Conselho para fazer parte da Comissão do Processo de Remoção dos Profissionais do Quadro do Magistério, a Presidente Ana Lucia informa que fez o encaminhamento da Conselheira Madalena porque ela está a disposição, dentro do Conselho, já conhece o Processo e vai fazer parte dessa Comissão, então pergunta se há alguém contrário. Ninguém se manifesta contra. A Presidente Ana Lucia coloca que recebeu dois calendários, um da Madre Paulina e outra do Anne Sullivan. A Conselheira Clície coloca que não era para encaminhar para o Conselho, era para o Departamento. A Presidente Ana Lucia coloca que estava endereçado ao Conselho Municipal de Educação, então



foi recebido, “a gente sabe de todo o trabalho que é feito era para todas as unidades encaminharem, foi feito uma consulta com as unidades sobre a elaboração do calendário. A Conselheira Clície coloca: “elas mandaram um para nós e um para você, mas o oficial, acho que elas acabaram se confundindo.” A Presidente Ana Lucia informa que foi recebido essa semana e que a Escola Madre Paulina sempre manda. Na sequência informa sobre o ponto facultativo do dia 13/10 que saiu no Diário Oficial e também a publicação do Curso preparatório para Gestores e coloca que é uma condicionante do FUNDEB no VAAR, o ano passado foi feita a alteração da lei e dentro dessa alteração foi colocada a questão do curso para gestores, “na verdade é uma obrigatoriedade porque tinha que constar isso, enquanto Conselho nós sentamos juntos, dentro da conversa que tivemos, a primeira conversa do Conselho estava eu a Clície e a Angela, a Secretária e representantes do Conselho, então tivemos sim essa participação, vamos encaminhar depois para vocês porque saiu em Diário oficial, para vocês fazerem uma análise, inicia a formação esse ano, com 5 (cinco) noites, aqueles que estão interessados e para o próximo ano ficarão mais 5 (cinco) noites, comum total de 10 (dez) encontros, essa é a primeira etapa para a formação daqueles que são interessados em assumir a Direção ou a Direção auxiliar, também foi montada a Comissão desse Curso Preparatório, a Comissão do Curso Preparatório, representantes da Secretaria Municipal de Educação ficou o Fábio e a Daiane, representante do Conselho Ficou Ana Lucia e Marilza e a representação do SINSEP ficou a Samia e a Ana Paula, essa publicação nós colocaremos lá no grupo.” Informa também que saiu a Lei 4.311 que autoriza a autenticação de cópia de documentos em processo administrativos em âmbito público Municipal de São José dos Pinhais por advogado devidamente constituído, “a pessoa física também acaba tendo dependendo do setor onde ela vai, consegue também a cópia desses documentos, achei importante trazer isso aqui para vocês.” A Conselheira Marillette pergunta se “todos os candidatos que querem se candidatar para a Direção no ano que vem precisa fazer o curso de gestores?” A Presidente Ana Lucia responde: “sim, é a primeira etapa, precisa fazer essa formação.” A Presidente Ana Lucia informa que já está marcada a reunião da Câmara de Educação Infantil e tem um documento da regularização do atendimento as crianças em Centros de Recreação, “então a gente vai começar esse trabalho lá na Educação Infantil, então temos duas pautas para a reunião da Câmara de Educação Infantil que vai ser no dia 17 as 08h, três na verdade porque as Escolas particulares entraram com mandato de segurança e está pedindo a anulação do nosso Parecer referente a metragem, já tem o Parecer de dois advogados, eles fizeram o encaminhamento primeiro ao Conselho, eles queriam fazer já aos vereadores, a gente solicitou que passassem ao Conselho, porque se é nosso, passassem para nós, então voltaremos a conversar, eu conversei com a PGM e eles disseram que no Parecer deles foram muito claros que o Conselho não tem atribuição de estipular metragem, portanto eles podem acabar anulando mesmo, se eles anulam é aquilo que a gente conversou, prejudica o público, porque vai ter que aumentar o número de crianças dentro das unidades de Educação Infantil e a

gente solicitou naquela data que abrisse para as particulares cumprirem a SESA que é 1.5m e que a pública mantivesse até que se conseguisse regulamentar com profissionais nas unidades, então isso retornou, eles vão solicitar todos os meios possíveis, não foram ainda ao Ministério Público, mas a princípio enquanto conversávamos eu solicitei que primeiro então a gente traz isso para o Conselho, vamos conversar com a Secretaria de Educação, se for necessário a gente conversa também com a Prefeita, já conversei com a PGM, eu nem sabia quando fui conversar com a PGM porque esse ofício chegou depois e na verdade surgiram assuntos nessa questão e ela disse que realmente vocês não poderiam ter feito um Parecer negando as Escolas Particulares o direito porque a SESA que determina, ela é a responsável pela determinação das salas e não o Conselho, então seria cancelado e nós solicitamos na reunião que foi negado o Parecer, a solicitação das Escolas Particulares, a Leila disse que viria aqui e ela acabou não vindo, o Fábio já tinha avisado que não vinha, foi ligado e eles foram atrás, isso eles avisaram que iriam atrás, eles estão indo e agente solicitou porque que eles queriam entregar na Câmara de vereadores para que os vereadores regulamentem e tirem essa atribuição do Conselho, então antes que a gente perca o que é nosso, acredito que a gente tenha que fazer exatamente isso, em alguns Municípios os Conselhos estão perdendo as suas atribuições por erros, então a gente não pode deixar, porque senão isso vai para a Câmara e a Câmara vai ficar com esse direito e a gente vai perder os nossos direitos de regulamentar essa questão das Escolas, então isso volta para a nossa pauta e volta para conversas com os gestores.” A presidente Ana Lucia coloca a última pauta que é sobre o Ministério Público, sobre a solicitação que veio para respostas em relação a denúncia feita ao Conselho, “foi solicitado a cópia, a gente recebeu a cópia toda, eu fui conversar com a Dra. Clemen porque foi uma orientação da PGM de que deveria ir conversar com ela e solicitar a cópia nem que seja para ter vistas do processo, mas ela fez a cópia e fez o encaminhamento para nós, a denúncia era referida a minha pessoa, não era ao Conselho, foi colocado ao Conselho mas era direcionado a minha pessoa, era a questão das eleições, a PGM já respondeu e a questão dos documentos serem enviados também, que é uma coisa que nós deliberamos aqui dentro do Conselho, não foi uma decisão da Ana, foi aqui dentro do Conselho, eu trouxe isso e o pessoal colocou que não fossem disponibilizados na internet, mas que quem quisesse ter conhecimento, poderia ir na sala do Conselho sem fazer cópia da documentação, a Dra. Clemen, a gente conversando ela disse: “Ana, coloca o processo da PGM que a PGM já disse que sim, não tem o que se discutir, na questão da documentação, na divulgação de documentos ela disse que realmente tem que ter muito cuidado, não dá para divulgar dessa forma, principalmente se tiver o envolvimento de crianças de menor, mas que a divulgação realmente pela internet envolve muitas pessoas e a gente tem que cuidar muito com o CPF quando fala em CPF, é o que vai acontecer da ASSEPART, se eles entrarem com a mandato de segurança todos os nossos CPFs vão estar bloqueados, por isso que a gente precisa conversar e eu pedi só a calma para a gente se organizar aqui, ah mas entra só a Presidente, não entra não,

entra a Presidente e os Conselheiros, e nessa questão ela pediu para que o Conselho, ela disse que o Conselho responde diretamente à ela por ser um órgão autônomo, ela entende também dessa forma, então nós temos um prazo e faremos o encaminhamento das colocações que foram feitas, e aí fica muito claro que foi uma pessoa daqui de dentro do Conselho e que trabalha na Secretaria, está muito claro para nós e ela também falou que está muito claro, então a gente vai fazer, a gente já tinha as respostas que foi solicitado na questão da eleição pedindo que fosse por escrito e Graças a Deus a gente fez então temos para colocar a ata conforme a PGM colocou e a questão da divulgação dos documentos a gente tem a ata para encaminhar que foi aprovada pelo Conselho e sobre a colocação que foi feito que as pessoas não poderiam participar da reunião porque eu proibia que as pessoas participassem ou que saíssem e não falassem sobre as decisões do Conselho, na verdade a gente pede cuidado, sempre pediu cuidado, sobre a participação das pessoas se vocês reparem está em Diário Oficial, a data da reunião e a pauta sempre saem em Diário Oficial, assim que é encaminhado para vocês a gente já coloca em Diário Oficial, vamos encaminhar para ela o que sai e todas as vezes a gente colocou, só uma vez não saiu porque o rapaz não conseguiu configurar, então não saiu a tempo para publicação no Diário Oficial, eu acredito que era isso que nós tínhamos para colocar hoje para vocês na reunião, alguém quer fazer alguma colocação?” O conselheiro Anderson pergunta: “A eleição ficou para quando?” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Qual eleição?” O Conselheiro Anderson responde: “de vice” A Presidente Ana Lucia responde: “Somente depois que tiver a nomeação porque eles precisam estar nomeados, não saiu, está faltando a nomeação de 1 (um) segmento, do FUNDEB, foi pedido caráter de urgência, na verdade a Marilza fez o encaminhamento dos dois eleitos, eu vi e em 2017, 2018, teve essa questão dentro do Conselho de Alimentação, que foi eleito uma pessoa que era da Secretaria e foi colocado a questão de que é um segmento da sociedade civil, ela quem deveria ter a prioridade, na época a PGM disse que sim, deveria, então eu fui conversar sobre isso e ela disse: “Ana, eles fizeram um processo eleitoral lá dentro, porque os dois queriam ser titulares, aí foi feito o processo eleitoral, após o processo eleitoral foi eleito aquele que o grupo decidiu.” Então ficou dessa forma, e eu perguntei também da questão do Rodrigo, porque eu tinha a Barbara como suplente, ela poderia passar para titular, ela não quis ser titular, ela seria representação de pais, ela mandou um documento dizendo que ela não tinha interesse e que gostaria de ficar como suplente, então nesse caso também era possível ficar, mas que se tivesse bastante cuidado na questão da onde está a sociedade civil, não colocar porque acaba mexendo na paridade, por que aí nós temos os 10 (dez) e temos representantes da Secretaria como titular também na Sociedade Civil e aí acaba prejudicando a paridade, então já pedimos caráter de urgência, na próxima reunião deve ter. Mas alguma situação?” Ninguém se manifesta. A Presidente Ana Lucia agradece os colegas da Secretaria que trouxeram um lanche e pede para que todos se sirvam, e avisa que se alguém precisar de declaração pode solicitar para a Néia. A Presidente Ana Lucia confirma com a Conselheira Domingas de Fátima se a

reunião da Câmara poder ser na próxima semana, a Conselheira Domingas de Fátima afirma que sim, pode ser na quartas feira, a presidente Ana Lucia então confirma com os demais a próxima reunião de Câmara do Ensino Fundamental na quarta feira dia 18/10 e coloca sobre a Sala Especializada que: “estamos fazendo análise, vamos fazer um estudo aí, tem a legislação que não permite, eu fui na PGM, solicitei junto ao Estado, mas a gente precisa ver soluções para essas crianças que estão com problemas, eu conversei com a Sandy e com a Clície sobre isso, a gente vai continuar dialogando, a Divisão de Estrutura e o Fundamental se colocaram que o que vier para os alunos é importante, pedimos um Parecer deles também, então nós vamos estudar e possivelmente para o ano que vem a gente consiga ver uma melhor forma de atendimento para essas crianças, mas dentro da sala de recurso multifuncional, porque a classe especial, a sala especializada com aquele classe especial já não pode mais, é inconstitucional, até o ano passado até poderia porque tinha Decreto do Bolsonaro que estava permitindo, mas aí o Governo Lula entrou e ele já revogou em fevereiro, uma das primeiras coisas que eles fizeram foi revogar, para que não abrissem mais as Classes, ou Salas Especializadas, mas estamos dialogando eu e a Clície e acho que a gente vai encontrar uma forma que possa ajudar e atender essas crianças, sendo Salas de Recurso Multifuncional ela não precisa esperar o próximo ano, a gente já pode durante o período já indo fazendo uma experiência com algumas turmas e conforme a conversa no Estado a gente também colocou que a Sala de Recurso é no período contrário, será que o Conselho pode fazer uma Deliberação para ser no mesmo período para ter atendimento de algumas crianças que tem dificuldade, duas vezes por semana quem sabe, mas assim, o órgão normativo do Município ele pode liberar sim algumas situações, só que precisa de estudo para depois justificar isso, caso o Ministério Público venha fazer esse questionamento, então a gente vai fazer um estudo, vai se aprofundar para ver, porque precisamos resolver o problema dessas crianças que estão lá e não são público alvo da Madre Paulina, mas tem muita dificuldade para acompanhar o regular, as meninas que são do ensino regular sabem que temos crianças com muitos problemas, até o pessoal do NUDCAI sabe que a gente precisa fazer algo por essas crianças, ok? Era isso, muito obrigada.”

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is on the left and the second is on the right.